

**PERSPECTIVA DE
REESCALONAMENTO NUMA
ABORDAGEM CRÍTICA DA CADEIA
GLOBAL DOS CAFÉS ESPECIAIS:
ESTUDO DE CASO BRASIL-
COLÔMBIA**

*RESCALING PERSPECTIVE IN A CRITICAL
APPROACH IN THE GLOBAL CHAIN OF
SPECIALTY COFFEE: BRAZIL-COLOMBIA
CASE STUDY*

*PERSPECTIVA DE REESCALONAMIENTO
DE UNA ABORDAJE CRÍTICA DE LA
CADENA GLOBAL DE LOS CAFÉS
ESPECIALES: ESTUDIO DE CASO BRASIL-
COLOMBIA*

LUISA FERNANDA DURÁN MONTES

Programa de Pós-Graduação em Geografia–
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Presidente Prudente/SP.
E-mail: dumont0942@gmail.com

CÉSAR ANDRÉS ALZATE HOYOS

Programa de Pós-Graduação em Geografia–
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Presidente Prudente/SP.
E-mail: csalzate@gmail.com

Resumo: O artigo tem o objetivo de mostrar a relação transescalar da cadeia global da cafeicultura a partir da análise de dois países produtores que possuem uma importante tradição histórica cafeeira, a Colômbia e o Brasil, centrando a análise em duas regiões (*Eje Cafetero* e Norte Pioneiro do Paraná, respectivamente) baseada em fontes secundárias e alguns resultados do trabalho de campo. Com o intuito de desvelar as principais relações de poder, as tensões contraditórias entre diferentes atores, processos e escalas de atuação presentes na dinâmica desenvolvida entre a produção, comercialização e consumo dos cafés especiais, foram abordados os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação, que permitem compreender o contexto dos cafés especiais, com foco numa perspectiva de reescalonamento. Tal entendimento possibilita discutir as novas tendências de consumo sob a premissa do comércio justo, em que o papel dos países produtores, apesar de encararem as exigências do mercado global, não alteram a permanente relação de subordinação nem a melhor distribuição dos valores da cadeia global do café.

Palavras-chave: cafés especiais, circuito espacial produtivo, círculos de cooperação, reescalonamento.

Abstract: The objective of this paper is to show the transescalar relationship of the global coffee chain, based on the analysis of two producing countries that have an important historical coffee tradition, Colombia and Brazil, focusing the analysis on two regions (*Eje Cafetero* and Norte Pioneiro do Paraná, respectively) based on secondary sources and some results of field work. In order to unveil the main power relations, the contradictory tensions between different actors, processes and scales of action present in the dynamics developed between the production, commercialization and consumption of specialty coffees, the concepts of productive space circuit and cooperative circles, which allow us to understand the context of specialty coffees, focusing on a rescaling perspective, which makes it possible to discuss new trends in consumption under the premise of fair trade, in which the role of producer countries, despite facing the demands of the global market, does not alter the permanent relationship subordination and the better distribution of the values of the global coffee chain.

Keywords: specialty coffees, productive space circuit, cooperation circles, rescaling.

Resumen: El artículo tiene el objetivo de mostrar la relación transescalar de la cadena global de la cafeicultura a partir del análisis de dos países productores que poseen una importante tradición histórica cafetera, Colombia y Brasil, centrando el análisis en dos regiones (*Eje Cafetero* e Norte Pioneiro do Paraná, respectivamente) basado en fuentes secundarias y algunos resultados de trabajo de campo. Con el fin de desvelar las principales relaciones de poder, las tensiones contradictorias entre diferentes actores, procesos y escalas de actuación presentes en la dinámica desarrollada entre la producción, comercialización y consumo de los cafés especiales, se abordaron los conceptos de circuito espacial productivo y círculos de cooperación, que permiten comprender el contexto de los cafés especiales enfocado en una perspectiva de reescalamento, posibilitando discutir sobre las nuevas tendencias de consumo bajo la premisa de comercio justo, en el cual el papel de los países productores, a pesar de enfrentar las exigências del mercado global, no alteran la permanente relación de subordinación ni la mejor distribución de los valores de la cadena global de café.

Palabras clave: cafés especiales, circuito espacial productivo, círculos de cooperación, reescalamiento.

Introdução¹

Para compreender a formação socioeconômica da América Latina é necessário prestar atenção na história do café. Dependendo do período, este cultivo se relaciona à escravidão, exploração da população rural, assim como à industrialização de algumas regiões, processos muitas vezes atrelados ao posicionamento econômico e político de uma classe social. A importância da produção cafeeira no subcontinente tem sido considerável desde o século XX, detendo 90% da produção mundial, e antes da conclusão do Acordo Internacional do Café (AIC) em 1989, o café foi considerado como uma das principais *commodities*² exportadas, o que ajudou na consolidação econômica de vários países a partir das receitas fiscais e das divisas, além de empregar uma expressiva quantidade de mão de obra.

No começo da década de 1990, a aliança entre alguns poucos empresários internacionais e as torrefadoras de café nos Estados Unidos e Europa teve como resultado a acumulação de reservas de café, reforçando o poder no mercado e influenciando na queda dos preços. Durante os últimos anos, tem aumentado o número de cafeicultores e diminuído o tamanho das propriedades, acrescentado a uma forte concentração por parte da demanda que controla mais da metade da torrefação e distribuição. Atualmente, o cenário tem

¹ As reflexões apresentadas neste artigo estão baseadas nos resultados parciais da tese em andamento: Transformações da paisagem e processo de territorialização no Norte Pioneiro do Paranaense e no *Eje Cafetero* colombiano: o papel das organizações de pequenos cafeicultores na produção-comercialização de cafés especiais e sua relação interescalar (Bolsa de pesquisa, Processo FAPESP n° 2017/03517-5).

² “[...] o termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. [...] podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais”. (STOCKL; MOREIRA, GIUBERTI, 2017, p. 175).

mudado e outras *commodities* como o petróleo e a soja são mais rentáveis, embora os sistemas de produção cafeeira são ainda importantes e desenvolvidos em pequenas propriedades como consequência da desfragmentação das antigas fazendas (SAMPER; TOPIK, 2012).

Salienta-se que com o auge dos cafés especiais³ o valor final do produto aumentou, porém, isto não incorre necessariamente em maiores ganhos para os produtores, o que se dá, entre outros aspectos, pelos custos de produção e falta de apoio dos governos. Por outro lado, surgiram pequenas redes de cafés especiais de ONGs (Organização Não-Governamental) ou particulares que procuram uma melhor qualidade do grão, métodos de cultivo e trabalho mais sustentáveis, pagando mais por esses atributos. No entanto, no mundo, sete empresas (Jacobs Kronung, Maxwell House, Nestlé, Luigi Lavazza, entre outras) têm o controle de 40% do mercado total de café, que continua sendo tratado como uma *commodity*, apesar da crescente procura e consumo de cafés de maior qualidade, acompanhado da preocupação pelas formas de cultivo, comércio mais igualitário e processos sociais mais abrangentes (CHADE, 2017).

Neste artigo serão abordados, sucintamente, dois dos principais países produtores e exportadores de café, Colômbia e Brasil, os quais têm apresentado características particulares nas suas formações históricas. O Brasil é líder mundial na produção e exportação cafeeira e, atualmente, o segundo consumidor na escala global (EMBRAPA, 2019), enquanto a Colômbia é reconhecida pelo seu sistema de cultivo em pequenas propriedades, além de produzir um café de alta qualidade e ter criado uma marca própria

³ Um café pode ser considerado especial se atende a requisitos mínimos de qualidade (80 pontos na escala SCAA), e a outros atributos que o valorizarão: certificações e origens de procedência (COSTA; BESSA, 2014).

(denominação de origem nacional) que garante essa qualidade, por isso as exportações recebem um valor a mais pelo fato de haver uma marca registrada em nível nacional – *Café de Colombia* –.

Concomitantemente no texto serão trabalhados os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação, que possibilitarão abordar a dimensão social do conceito de escala geográfica e, ao mesmo tempo, expor as relações de poder entre o Estado, empresas (nacionais e estrangeiras) e os cafeicultores. Do mesmo modo, a identificação das ondas do café e a sua periodicidade permitirão compreender como o surgimento dos selos e certificados estão mutuamente condicionados desde o consumo até a produção, sendo refletido no processo de reescalonamento.

Breve contextualização cafeeira: Brasil e Colômbia

O Brasil no século XIX requereu um forte investimento de capital em processamento e transporte, ainda que o cultivo fosse rudimentar. No período posterior à abolição da escravidão a imigração europeia significou a mão de obra necessária para a cultura cafeeira, por meio dos colonos que passariam a ser proprietários de pequenas propriedades. Neste contexto, o Estado presente em nível estadual ou federal exerceu um papel fundamental na financeirização e nacionalização de ferrovias, centrais de distribuição, bancos etc. E, a partir de 1906, com a intervenção direta do Estado para regular os preços de exportação até 1989 com o rompimento do AIC, mas ainda com uma função financeira e de supervisão (CORRÊA; TOPIK, 2012).

Corrêa e Topik (2012) explicam que o investimento estrangeiro, sobretudo da Europa no início do século XX, permitiu a

realização de obras voltadas para processamento e transporte, como já mencionado. No transcurso do tempo estas obras financiadas foram nacionalizadas e, no que tange ao comércio cafeeiro, tanto o estado de São Paulo quanto o governo federal financiaram a chamada “valorização” do café com fundos estrangeiros.

Vários foram os fatores que determinaram os ciclos de crise no setor cafeeiro, por exemplo, a queda nos preços do café por condições climáticas, o cenário econômico e os grandes conflitos mundiais, como as guerras e a Grande Depressão, a superprodução, o que, entre outros aspectos, levaram o Brasil a tomar medidas na coordenação de políticas cafeeiras no comércio internacional na década de 1930. Chegando a formar, no marco do AIC, a Organização Internacional do Café (OIC), o que consolidou o papel preponderante do Brasil e dos Estados Unidos na conformação deste foro constituído por países exportadores e importadores. Com o fim do convênio, a participação do Brasil se reduziu drasticamente, contudo, a diversidade agroexportadora que no plano econômico nunca foi completamente dependente do café, junto com a crescente urbanização e industrialização, induziu mudanças no setor cafeeiro, num panorama de maior liberdade de atuação, próprio da perda gradual de dependência com respeito ao mercado global (CORRÊA; TOPIK, 2012).

Conforme é relatado por Corrêa e Topik (2012), a década de 1990 caracterizou-se pelas reformas neoliberais, notáveis no Brasil no governo de Fernando Collor com a reduzida participação do Estado no protecionismo econômico e a eliminação de muitas instituições estatais, como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), assim como a supressão dos impostos federais e estaduais. Em 1994, a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), na ausência do

IBC, começa a controlar as mesclas de café adulteradas no processo de torrefação com o Selo Pureza, o que levou a uma melhoria interna da qualidade do café que, junto com a estabilização da inflação e o consequente aumento dos ingressos *per capita* das classes mais pobres, assim como, da classe média, melhorou substancialmente o consumo interno de café.

O Brasil tem se consolidado como o segundo consumidor de café mundial, o que explica a importância que tem o consumo interno no setor cafeeiro, principalmente, porque se configura como uma demanda muito expressiva para a produção nacional. O que não deve ocultar a participação ascendente que o Brasil tem tido desde a década de 1990, que, segundo Corrêa e Topik (2012), cresceu em 30% (2003-2005). Desta forma, a produção brasileira de café em 2016 foi estimada pela Conab em 51,37 milhões de sacas, e o volume de cafés especiais representaram cerca de 8 milhões de sacas, quer dizer, 16% do produzido no país (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2017).

É necessário destacar que a cafeicultura como polo agrícola de desenvolvimento econômico adotado em diferentes países tropicais, tem deixado importantes transformações na paisagem. Assim, estas transformações não devem ser medidas somente pelas mudanças físicas, é necessário acrescentar, também, as mudanças culturais das sociedades que se assentaram nesses lugares e estabeleceram a produção cafeeira como cultura predominante por um longo período. Em vista disso, a análise vai se focar em duas regiões (estudos de caso) com o intuito de aproximar os referenciais teóricos num processo de retroalimentação que contribua com as análises propostas.

O Eje Cafetero na Colômbia e o Norte Pioneiro do Paraná no Brasil têm sido territórios que desenvolveram uma intensa produção

cafeeira, porém passaram por diferentes fases e processos de colonização e/ou ocupação. A primeira região passou por um processo mais espontâneo, principalmente a partir de deslocamentos de pequenos produtores que procuravam novos lugares para morar, e a segunda foi induzida por uma empresa de capital privado. O nome de *Eje Cafetero* foi dado a esta região pela forte presença dos cultivos de café, configurando um processo cultural e histórico, especificamente nos departamentos (divisão política-administrativa da Colômbia) de Caldas, Quindío e Risaralda, localizados no centro-ocidente na cordilheira central e ocidental dos Andes, que se caracterizou pelos sucessos obtidos na exportação do grão de café. A área que integra o *Eje Cafetero* compreende 12.906 km², 48 municípios e, aproximadamente, 2.700.000 habitantes (DANE, 2010), enquanto a área do Norte Pioneiro do Paraná está conformada por 15.718 km², 46 municípios e 556.502 habitantes (IBGE, 2010).

O estado do Paraná durante os anos 1940 e 1970 vivenciou uma época de bonança, a partir do ciclo do café que se concentrou na região norte, o que provocou um processo vertiginoso de ocupação territorial (CHIES, YOKOO, 2012), que permitiu o desenvolvimento de cidades, a modernização de algumas regiões e investimento externo, tornando-se num símbolo de orgulho chamado “ouro negro”. Desta forma, a cultura do café chegou no estado no fim do século XIX e começo do século XX, tendo sido introduzida pelos fazendeiros paulistas que buscavam novas terras de expansão, pois no estado de São Paulo foi aplicada uma política de restrição da produção cafeeira. O modelo paulista foi espalhado no Norte do Paraná devido às condições físicas como clima favorável e terras roxas férteis⁴, além da

⁴ No Norte Pioneiro do Paraná, os solos se destacam pela fertilidade natural, além de ser bem desenvolvidos, profundos, argilosos e bem drenados (IPARDES, 2004 apud MAACK, 1968).

disponibilidade e facilidade de aquisição de terras, benefício de uma política econômica governamental e incentivos públicos, que favoreceram a compra de terras por parte de colonos e lavradores. No ano de 1920, o estado se tornava o sétimo maior cultivador de café com 1.215 propriedades, assim a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTTP), antes Parana Plantations Ltd., (de capital inglês), estimulou o povoamento (tanto de migrantes nacionais quanto internacionais) e a cafeicultura. O aumento da produção cafeeira contava com proteção e apoio do governo, sendo a cultura mais valorizada desse período (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

De acordo com CROCETTI (2007), a participação da produção cafeeira do Paraná em nível nacional foi pouco expressiva até 1930, o ponto mais alto foi atingido em 1965 representando 55% da produção brasileira. É necessário esclarecer que a expansão da cafeicultura no estado foi possível pela produtividade do grão graças ao solo propício, pela mudança da estrutura fundiária de grandes fazendas à pequena propriedade e mão de obra familiar, e uma política econômica que fomentava seu plantio (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Desde 1970, o norte do Paraná passa por um processo de grandes transformações na estrutura agrícola, que se manifestaram, notadamente, a partir das intensas geadas de 1969 e 1975 que destruíram e dizimaram as plantações de café, passando-se da agricultura familiar, monocultura do café para o agronegócio diversificado, especificamente para o binômio soja-trigo e pecuária. Além destas mudanças é necessário mencionar os fluxos migratórios, sobretudo, entre 1950 e 1960 com a forte imigração de Minas Gerais, São Paulo e estados da região Nordeste, como mão de obra efetiva e,

com a erradicação do café, começou uma fase de agricultura mecanizada e pecuária extensiva (soja, milho e cana-de-açúcar), fato que produz uma diminuição na população rural (KOHLHEPP, 2014). Apesar das mudanças presentes no campo paranaense e de acordo com Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), o café não desapareceu definitivamente na região. Pelo contrário, o café continua sendo uma fonte de riqueza, emprego e lucro (assim como nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo). Ressalta-se que o estado do Paraná no ano de 2012 possuía 106 mil hectares de café, 13.000 produtores (64% de agricultura familiar), 70.000 empregos diretos e 21.000 empregos indiretos, e como estratégia para incentivar a produção foi introduzido o café adensado (método que diminui o espaço e o tamanho dos pés de café que dificultava o uso de tratores e colheitadeiras) nas pequenas propriedades (PRIORI; POMARI; AMÂNCIO; IPÓLITO, 2012).

Desta forma, o estado do Paraná se sobressai na produção de café arábica, especialmente em cultivos de cafés especiais (orgânico, comércio justo, boas práticas ambientais etc.). Esses cultivos de cafés especiais se localizam no Norte Pioneiro e, no ano de 2006, foi desenvolvido um projeto em parceria com o Sebrae-PR, que permitiu mudar o conceito da produção hegemônica e focar no cultivo de cafés diferenciados, de qualidade e certificados, que possibilitam abrir novos mercados. Desta forma, no ano de 2012 esta região recebeu o selo distintivo de origem conhecido como Indicação de Procedência Norte Pioneiro do Paraná, dado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). É importante explicitar que, atualmente, os estados do Paraná e São Paulo representam um volume produzido pouco significativo da participação nacional. Em vista disso, a produção de café começa a ter visibilidade com as

indicações geográficas (Indicação de Procedência ou Denominação de Origem), e no Brasil, até 2018, só se reportaram quatro indicações: Alta Mogiana no Norte de São Paulo, Serra da Mantiqueira, Região do Cerrado em Minas Gerais e, por último, o Norte Pioneiro no estado do Paraná (IBGE, 2016).

Assim, os produtores se organizaram na Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP) e, posteriormente, na Cooperativa de Produtores de Cafés Especiais e Certificados do Norte Pioneiro do Paraná (COCENPP), e têm obtido resultados como certificações (*Fair Trade* e UTZ), abertura de mercados e comercialização com exportadores, como a Capricornio Coffees e a Olam International, premiações em concursos e feiras anuais e qualificação do produtor (FICAFE, 2011). Uma vantagem adicional deste processo é que, conforme a Associação Brasileira de Cafés Especiais, o mercado deste tipo de café cresce entre 10% e 15% ao ano, enquanto os cafés tradicionais crescem somente 3%. Porém, a posição no mercado dos grãos especiais equivalem a 1% da produção total do Paraná, que, no entanto, é a única região (Norte Pioneiro) do estado com indicação geográfica, e conta com uma produção anual de 1,3 milhão de sacas beneficiadas por ano. Por último, o mais relevante deste processo é a transformação desta região por meio do desenvolvimento local dos pequenos produtores na capacitação para a produção de cafés especiais (GAZETA DO POVO, 2013).

Na Colômbia a atividade cafeeira como fonte da agricultura foi desenvolvida na Cordilheira dos Andes e começou a sua comercialização no fim do século XIX, conformando mais de 150 anos de transformações expressivas tanto no ecossistema quanto nos aspectos culturais, políticos e econômicos. Desta forma, a análise da cafeicultura colombiana está estreitamente ligada com o mercado

cafeeiro mundial, sendo identificada uma entrada atrasada (1650-1850) do país como parte do sistema colonial, que dependia da demanda dos países considerados modernos com um crescimento capitalista. No contexto colombiano o café não era um produto fundamental nem estratégico para a geopolítica, e a cafeicultura foi desenvolvida, na sua maioria, com mão de obra nacional e sem intervenção estrangeira direta, representando pouca oferta e demanda. Porém, o café permitiu gerar processos de desenvolvimento no transporte, na indústria e no emprego, que eram pontos frágeis para o Estado na época; e posteriormente, foi estabelecida a supremacia brasileira (1850-1940), fato que foi desencadeado com a mudança da cana de açúcar pelo café, pois o consumo europeu da primeira cultura tinha diminuído e foi substituído pela beterraba. Ressalta-se que o Brasil concentrou a produção mundial e estabeleceu uma liderança no comércio internacional a partir dos intermediários que estavam vinculados aos bancos, por isso o Brasil não era só o maior produtor, visto que também fixou o preço mundial do café. Sem embargo, com a abolição da escravidão (1888) a mão de obra foi substituída com os imigrantes, que teriam o acesso limitado à terra. Nessa mesma época foi desenvolvido o sistema de exportação da Colômbia e América Central, a produção e comercialização estavam focadas nos cafés *suaves* por conta da importante diferença no preço; após consolidou-se o mercado administrativo (1940-1989) no qual funcionou o AIC, e os principais compradores foram os Estados Unidos, que garantiram o preço e a exportação; por último o período atual (1989-) pode ser classificado como o retorno ao livre mercado regulado pela economia mundial do café, sendo representado pelas políticas neoliberais e as transformações no consumo (PALACIOS, 2009; DURAN, 2017).

Por outro lado, a Colômbia é o único país com uma marca registrada nacionalmente⁵ que usufrui de prêmio (preço a mais) no mercado internacional. Contudo, é notável a conversão que o país tem tido nas últimas décadas, que depois de ser o segundo maior exportador durante grande parte do século XX passou a liderar o mercado mundial em 1990, em termos de diferencial qualitativo e já não mais quantitativo.

Como afirma Jaime Forero (2012), com a crise cafeeira na Colômbia, viveu-se uma multiplicação de pequenas propriedades rurais destinadas à produção (representando os produtores familiares no ano de 2000, 78% dos produtores totais) em detrimento das grandes fazendas que já não encontravam rentável o cultivo de café, muitos mudaram para a criação de gado ou migraram para a cidade. A sobrevivência da agricultura familiar tem-se protegido através de uma “diversificação horizontal”, o que implicou ampliar as atividades produtivas (assim como a produção de alimentos de subsistência), empregar mão de obra familiar, diminuir os *inputs* agrícolas e se associar com outros produtores para se apropriar de uma maior porção da cadeia de valor do café. Outro ponto que o autor salienta é o papel da *Federación Nacional de Cafeteros* (FNC) na cafeicultura colombiana, sendo esta uma organização semiprivada (fundada em 1927), que por sua natureza tem vivenciado menos os impactos frente às reformas neoliberais na desestruturação das entidades estatais, e que teve que, após rompimento do AIC, reativar o *Fondo Nacional del Café* para manter a compra direta dos produtores em vias de proteger o mercado interno frente às flutuações do mercado internacional, o que permite transferir aos

⁵ Como estratégia publicitária para o posicionamento no mercado global é criada a marca Juan Valdez no ano de 1959, e na década de 1980 o slogan *Café de Colombia* (REINA; SILVA; SAMPER, 2012).

produtores nacionais valores decorrentes dos preços de exportação. Não obstante, esta dinâmica não se traduz necessariamente em rentabilidade para os produtores, apenas se mantém uma pobreza característica no campo colombiano.

O café na Colômbia ainda representa uma parte importante na economia colombiana (8,5% ao setor agrícola) com 28,4% das exportações agropecuárias. Segundo dados de 2004-2008, 81% da superfície cultivada de café provêm da cafeicultura familiar (menos de 10 hectares destinados ao café por produtor), que equivale a 66% da área que participa da produção total camponesa ou familiar (DNP, 2009). O que significa, de acordo com Corrêa e Topik (2012), um processo de “*campesinización*” e “*minifundización*” evidente nos últimos anos, com a saída da participação na produção de grandes fazendeiros e o aumento na área destinada pela agricultura familiar, embora a pequena propriedade seja ainda a que concentra o plantio, 80% das propriedades são constituídas de menos de 5 hectares (53% da área cafeeira) segundo dados de 2009.

Como assinalam Reina, Silva, Samper (2007), a Colômbia soube aproveitar uma desvantagem comparativa (a não mecanização da colheita do café pelas condições topográficas) em uma vantagem comparativa que diferencia o produto em qualidade no mercado mundial. Segundo dados de 2004-2005 os cafés especiais representam 5,1% da produção total de café no país e 5,6% nas exportações do grão (DNP, 2009). Daviron e Ponte (2005, p. 120) afirmam que este negócio “tem estado mais à disposição das grandes fazendas que dos pequenos produtores cafeicultores”, pelo contrário, tudo indica que na Colômbia a cafeicultura nas pequenas propriedades continua sendo a mais expressiva neste mercado diferenciado.

Tanto no Brasil quanto na Colômbia, os cafeicultores têm passado por diferentes crises políticas e econômicas influenciadas pelo mercado internacional. No momento que o café entrou na bolsa de Nova York, foi determinado como uma *commodity*, o que aumentou o conflito de interesses e fixou a função dos cafeicultores como produtores de matéria-prima, pois o café como integrante do setor primário apresenta muito poucas inovações tecnológicas após ser entregue aos consumidores (DAVIRON; PONTE, 2005). Na década do ano 2000, foram-se abrindo novos mercados que procuravam cafés diferenciados, pagando mais por uma melhor qualidade do grão. Este nicho possibilitou e incentivou os pequenos cafeicultores a valorizarem suas tradições, conformarem organizações, capacitarem-se e venderem a produção (café pergaminho) a um cliente estrangeiro. Na atualidade, as organizações estão tentando ir além, procurando vender também seu café torrado, moído e embalado com a sua própria marca, pois conhecem que neste segmento da cadeia global se obtém maiores lucros (DURÁN, 2017).

A contradição dos selos e certificados: da escala geográfica à análise do reescalonamento

Carlos (2009) expressa que, com base na geografia, especialmente a “geografia concreta”, pode se ter uma compreensão do mundo através de uma análise dialética (teoria-prática). Embora, o mundo moderno precise de novas explicações que possibilitem compreender a essência dos novos processos, essas novas reflexões devem começar pelos paradigmas atuais, ou seja, considerar as transformações do pensamento da realidade com o intuito de construir novas representações, que permitam desvendar a dinâmica

da problemática espacial. As dimensões social, política, cultural e ambiental podem ser estudadas no espaço por meio da objetividade e subjetividade que fazem parte da realidade, relação que mostra, desde uma perspectiva cultural, as convergências e divergências das práticas sociais. Destarte, o espaço se transforma constantemente ganhando um sentido histórico dado pelas relações entre os homens em si e com a natureza numa lógica determinada de desenvolvimento.

As diferentes mudanças nas lógicas e práticas sociais no contexto atual, especificamente, as formas de reprodução econômica, fazem com que não se possa pensar somente num lugar de atuação, pois existem diversas relações de escala, como a local e global, que não podem ser explicadas a partir da sua simples integração, pois são necessárias novas formas de análises que permitam desvendar as contradições dessas lógicas econômicas e de suas práticas sociais.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983) ressaltam a necessidade de saber trabalhar a escala, pois esta apresenta o fenômeno de maneira diferente dependendo do detalhe e das características que sejam abrangidas para a análise. Assim, todo aspecto por pequeno que seja tem características e conexões globais. A dificuldade de trabalhar a escala refere-se à seleção adequada dos níveis da realidade, pois cada um mostra informações específicas necessárias para uma compreensão da realidade como um todo particular e estruturado que é criado continuamente. Sem embargo, Souza (2013) coloca mais um aspecto para ser considerado, relacionando a escala do fenômeno e a escala de análise que separa o conteúdo existente entre o objeto real e a construção do objeto do conhecimento, visto que precisamos destes processos e construções como uma tentativa para a apreensão da realidade ou, simplesmente, como foi frisado por Castro (2005), a

escala representa uma estratégia de aproximação do real, tanto do tamanho quanto do fenômeno.

Salientam-se as contribuições de Santos (1996) sobre verticalidade, horizontalidade e o global. O autor argumenta que ao longo da história podemos identificar formas particulares de fazer as coisas ou técnicas de acordo com cada período. No entanto, essas mudanças históricas estão carregadas de práticas sociais que influenciam os aspectos econômicos, políticos e culturais. Na cafeicultura, é possível evidenciar processos horizontais de produção e comercialização locais, que são direcionados pelos mesmos produtores, e também outros processos mais hegemônicos que se estabelecem no tempo e impõem políticas de mercado por uma lógica externa, como empresas privadas ou governos nacionais, os quais podem ser chamados de verticais num mundo que a cada dia faz parte de um espaço global, por isso, é necessário questionar se os certificados e selos chamados de “alternativos” podem ser classificados como horizontalidades ou, pelo contrário, fazem parte de uma verticalidade que leva à *recommoditização* da produção cafeeira.

Não obstante, o desenvolvimento e a consolidação dos cafés especiais é de natureza transescalar (mesmo que a sua dinâmica de consumo local tenha aumentado), considerando as políticas, o mercado e o capital na esfera global com seu impacto nas organizações locais e regionais, embora as ações e decisões locais possam ter uma menor influência na escala mundial (FREDERICO, 2014), e isto pode ser explicado através das noções de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação (SANTOS, 1986; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Assim, os circuitos espaciais produtivos caracterizam-se pela circulação de matéria nas diferentes etapas

produtivas de um bem ou produto ao longo prazo, enquanto os círculos de cooperação estão atrelados às informações, diretrizes e capital financeiro para aproximar e articular os lugares e agentes no nível mundial (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Os circuitos espaciais produtivos devem ser analisados de acordo com os eventos, e a extensão ou tamanho de uma ação em algum lugar, no caso dos cafés especiais, estão relacionados diversos agentes, principalmente produtores, organizações, empresas (nacionais e estrangeiras) e o Estado, o que determina “[...] a extensão de suas ações sobre o espaço, e o papel deste como condição e condicionante das ações sociais”, e a “[...] apreensão da escala como um campo de forças, isto é, como uma dimensão socialmente construída, uma espacialização temporária de determinado acerto social” (FREDERICO, 2014).

Segundo Santos (1996, p. 99), a noção de “escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. E, segundo as análises de Frederico (2014, p. 41, grifo nosso), deveriam ser consideradas duas escalas, a “[...] *escala de origem*” das variáveis envolvidas na produção do evento e a sua “*escala de realização*”, isto é, a área de ocorrência, de extensão do fenômeno”. Desta forma, a escala de origem tem a ver com as decisões que podem ser tomadas por uma organização num país produtor do sul global como o Brasil ou a Colômbia, que podem ter uma baixa repercussão em nível mundial do circuito espacial produtivo de cafés especiais, tendo resultados locais ou, inclusive, regionais; enquanto as decisões de uma empresa transnacional podem afetar a forma de produção e condicionar a venda do grão, e também o consumo de um tipo específico de café.

Outro aspecto da escala geográfica e que nas práticas socioespaciais pode ser evidenciado, é o salto de escala proposto por Smith (2004, 1984), concepção que permite perceber como as estratégias políticas são dinamicamente alteradas dentro das práticas de empoderamento o que termina definindo como as diferentes escalas, dentro do campo de poder, podem se justapor no circuito espacial produtivo da cafeicultura mundial.

O contexto cafeeiro da América Latina é muito complexo desde a sua formação histórica, sistema de cultivo, espécie dos cultivares, políticas nacionais e relações internacionais tanto das instituições estatais quanto das organizações de produtores formam este diverso contexto. No texto são mencionados o Brasil e a Colômbia pela consolidação da produção de cafés especiais a partir da espécie Arábica, obtendo um produto de alta qualidade que, na maioria das vezes, conta com certificações internacionais, identificando-se as horizontalidades e verticalidades abordadas por Santos (1996).

Deste modo, diferenciam-se as funções dos países produtores e consumidores dentro do circuito espacial produtivo. Por exemplo, nos dois países produtores acima citados, situam-se as primeiras etapas do circuito vinculadas à produção, como o abastecimento dos insumos necessários para uma cafeicultura específica acompanhada, geralmente, de assistência técnica dada por instituições do Estado, além do crédito para o melhoramento das condições na propriedade e propriamente nos cultivos, e o pagamento da mão de obra; sem embargo, existe outra etapa na qual podem se localizar os intermediários classificados em cooperativas, agências e *tradings*⁶.

⁶ As tradings atuam na troca comercial das matérias-primas de pouco valor agregado (**produtos agrícolas** – milho, soja, trigo, açúcar, café, algodão –, **gado, carnes** e **outros**

As ações deste grupo podem ter escala regional, nacional e internacional. No entanto, os países produtores também são consumidores (não podemos esquecer que o Brasil é o segundo consumidor mundial de café) que tem suas próprias regulações e empresas de torrefação, moenda e distribuição, advertindo que várias destas indústrias contam com capital estrangeiro ou fazem parte de um antigo monopólio do país.

Na década de 1990, com a ruptura do AIC, o preço do grão perdeu sua estabilidade e começou a variar de acordo com a oferta do produto no mercado mundial, aumentando a concorrência de outros países. Embora esta realidade estivesse concatenada às mudanças dos paradigmas da economia mundial, um mundo globalizado com menor atuação do Estado, representando até hoje um período difícil para os pequenos cafeicultores que não conseguem enfrentar a crise por falta de melhores condições econômicas (BATISTA, 2010).

De acordo com esta situação, tem surgido algumas experiências que pretendem ser uma opção alternativa ante o controle das grandes empresas de torrefação e *tradings*, que possuem os maiores estoques do grão desde 1990 e que antes era feito pelos países produtores. De maneira inesperada, esta nova realidade fez que aumentaram os armazenamentos e a comercialização de café, tanto em distribuição nos supermercados quanto em lugares especializados como lojas ou cafeterias a partir do crescimento de um consumo mais exigente, porém, os preços comercializados na primeira etapa do circuito são cada vez mais baixos e o produtor acaba não tendo os ganhos suficientes para cobrir o valor investido na produção. Assim, há um tempo que estamos vivenciando o que foi

setores, – óleos crus, petróleo, gás natural, ouro, prata, cobre; através de transações em mercados de ações especializados e bolsas de valores (Destino Negócio, 2018).

indicado por Daviron e Ponte (2005) como o “paradoxo do café” e que reforça as dessemelhanças das relações entre o Norte e o Sul.

Para o Brasil e a Colômbia o café é uma das principais *commodities* produzidas e comercializadas, com uma característica na estrutura que tem mudado ao longo dos anos, pois é um produto agrícola que já não se concentra, necessariamente, nas grandes fazendas e, pelo contrário, hoje é cultivado por pequenos produtores e suas famílias em propriedades menores de 10 hectares no Brasil e 5 hectares na Colômbia. Por isso, os cafeicultores têm experimentado recorrentemente o que Arroyo (2012) denomina de vulnerabilidade pela produção de uma *commodity* pouco diferenciada e com baixo valor agregado, além de aumentar a dependência tanto das diretrizes e políticas externas quanto ao *input* agrícola e tecnológico (biológicas, químicas e mecânicas), pode ser percebido no Norte Pioneiro e o *Eje Cafetero*, regiões marcadas historicamente pela sua especificidade econômica e social na cultura do café, gerando paisagens homogêneas a partir da monocultura do grão.

Como expõe Pendergrast (2010), após a crise do café que provocou uma drástica queda dos preços globais do grão, surgem os movimentos de comércio justo e a chamada “terceira onda” (conceito que será abordado aqui posteriormente) que introduz um segmento de consumidores mais conscientes ou com maior grau de conhecimento sobre a qualidade do café. Este tipo de dinâmica não é unidirecional, falar, por exemplo, de comércio justo, implica necessariamente numa prática discursiva que coloca as condições de desigualdade dos países produtores e a abrupta distância que tende a acentuar-se de maneira crescente em relação aos países consumidores, no centro do debate. Segundo Jaffee (2014), dentro do mundo paradoxal do comércio justo, propõe-se utilizar os mesmos

mecanismos do mercado que historicamente têm afetado os pequenos cafeicultores, para atingir hoje uma suposta justiça social, mesmo levando em consideração que este tipo de abordagem híbrida tende a perpetuar as diferenças socioeconômicas e ideológicas nos espaços onde atuam os diferentes atores (organizações de produtores, empresários, ativistas etc.). A cadeia global de valor dos cafés especiais tem sido um espaço importante para o estabelecimento das certificações de referência e os códigos dirigidos com as preocupações ambientais e socioeconômicas, assim foram criados selos como *Orgânico*, *Fair Trade*, *Rainforest Alliance*, *Utz Kapeh*, entre outros. Dessa forma, a configuração de terceiros da indústria de cafés especiais está inserida num sistema mais confiável, quer dizer, no qual os consumidores e as empresas de torrefação tentam ter uma relação de definição e redefinição do que significa a qualidade. Sem embargo, a pressão exercida pelo mercado *commodity* através das questões de crescimento e imitação, tem provocado que a indústria de cafés especiais procure representações de qualidade e sistemas de coordenação similares aos aplicados na indústria tradicional. Por isso, é cada vez mais complicado fazer uma adequada distinção entre as duas indústrias (DAVIRON; PONTE, 2005).

Por outra perspectiva, o sociólogo John Talbot (2004) argumenta que o comércio de cafés especiais por si mesmo não diminui a vulnerabilidade dos cafeicultores frente às flutuações do mercado mundial, nem as condições de desigualdade dos produtores. Questionamo-nos se o desenvolvimento que se propicia numa relação desigual, que vem de cima para baixo e de fora para dentro, teria a capacidade de aproveitar o potencial diferenciador e transformador dos contextos locais para equalizar as relações de força, e alcançar a

proclamada justiça social e, conseqüentemente, econômica e ambiental.

Ante as mudanças descritas, a opção que se apresenta como alternativa para os cafeicultores é a produção de cafés especiais sob a aprovação de algum selo ou certificado, pois desta forma teriam mais oportunidades de venda no estrangeiro, ou seja, maior visibilidade no mercado internacional e, em alguns dos casos, melhor preço. Por isso, os conceitos de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação permitem compreender a relação transescalar entre os agentes e suas lógicas entre cooperação e competição (BARONE, 2013), que podem constituir um processo de reescalonamento, como assinalou Brenner (2013), já que as certificações permitem que pequenos produtores possam ingressar no mercado de produtos diferenciados que dá relevância à qualidade e às organizações sob princípios sociais e ambientais. Contudo, esses espaços de comercialização internacional, que intentam diminuir o distanciamento entre o produtor e o consumidor, implicam numa nova fase para a cafeicultura, regulada pela lógica das *commodities* que incentiva a competição entre as grandes empresas e os pequenos produtores, ademais de orientar o consumo para quem possa pagá-lo.

Por outro lado, com as certificações os Estados não conseguem manter uma regulação direta sobre o comércio de produtos diferenciados e deixa esta atividade às organizações privadas (HATANAKE; BUSCH, 2008). Um aspecto importante que deve ser levado em conta é que os selos têm a sua importância para as questões de saúde e higiene, que podem ser considerados como meios de controle, enquanto as certificações possibilitam o surgimento e circulação de produtos de melhor qualidade com

aspectos simbólicos, que padronizam os atores e processos que fazem parte da cadeia global produtiva do café (RADOMSKY, 2010).

A partir de uma perspectiva mais aprofundada pode ser notado que:

As certificações são instrumentos de poder não apenas de barreiras de Estados para produtos ‘não-conformes’, são também instrumentos de poder econômico e simbólico de organismos certificadores de terceira parte, amparados na legitimidade quase incontestável da ciência (RADOMSKY, 2010, p. 50).

Como explica Han (2018), a liberdade no regime neoliberal é uma aparência que já não é regulada nem condicionada por agentes externos, outrora restritos ao poder soberano e disciplinar. Imaginemos hoje um mundo em que essa liberdade é configurada a partir da autoexploração, livre e voluntária em que os parâmetros do psicopoder são princípios exercidos através de estímulos positivos; então, coloquemos as ideias de Han (2018) dentro da análise de Radomsky (2010, p.58), em que um sistema de confiança determinado por terceiros, a “política de certificação”, funciona “[...] como mecanismos que não são inocentes num espaço em que se espera simplesmente que uma eficiência seja construída: a própria construção é permeada de relações de dominação”, esse tipo de regulações e imposições, como chama o autor, são administradas de tal maneira que parecem naturais, mesmo que externas, dentro da dimensão de poder presente, “[...] penso que a interpretação privilegiada não se sustenta sem que os atributos simbólicos, sociais e ambientais – tratados como valores – sejam considerados na relação que os selos estabelecem”, sem que “[...] as conexões entre os selos e processos, lugares, modos de vida e práticas justifiquem a certificação e o poder que ela administra”.

Com relação ao consumo, no mundo, o café tem passado por várias mudanças durante sua história a partir de novos hábitos, filosofias, modas e tecnologias. Essa periodicidade no consumo é conhecida como as Ondas do Café e foi desenvolvida para descrever e explicar o novo estilo de consumo de café. O surgimento de uma onda não acaba com as anteriores, e as três convivem juntas no mercado, pois cada uma tem distinta filosofia, conceito e propriedades que se adequam aos nichos de mercado e às necessidades dos consumidores, ademais das possibilidades dos países (SKEIE, 2002).

A primeira onda é identificada pela massificação do consumo de café ao redor do mundo como uma *commodity*, durante o final do século XIX e início do século XX, especialmente, nos períodos do pós-guerra, porque nessa época o café era mais consumido e valorizado pelas suas características e propriedades energéticas e estimulantes do que pelo seu sabor e natureza. No que tange à comercialização nos supermercados, primeiramente a espécie utilizada era *Coffea canephora* (robusta), a qual se caracteriza por ser mais forte (maior conteúdo de cafeína) e também considerada de qualidade inferior. A segunda onda, que começou em 1960, teve uma mudança na preferência do grão de maior qualidade da espécie arábica, e também no surgimento de importantes redes de cafeterias como Starbucks e Peet's Coffee & Tea especializadas em café gourmet. Outro aspecto para salientar é a difusão de máquinas de café expresso e os diferentes preparos da bebida pelos baristas, assim, torna-se hábito o consumo de café de maior qualidade, dando valor ao produto, sendo atrativo para um público mais jovem. Porém, existe um padrão de homogeneização do café através das misturas e torra escura para disfarçar os amargos ou defeitos. Na terceira onda que surgiu em

meados do ano 2000, principalmente nos Estados Unidos e Europa, está ganhando força em alguns dos países produtores, e os consumidores mostram um conhecimento mais aprofundado e valoram o café, não somente pela cafeína, mas também pelas suas propriedades e seu sabor. As cafeterias da terceira onda criaram o movimento *Direct Trade* que consiste na compra e negociação direta entre o comprador e produtor sem preço fixo, assim os valores são superiores aos encontrados no mercado e custos adicionais (GUIMARÃES, 2016).

Esta última onda representa uma mudança de conceito e filosofia adquirida nas anteriores, pois com as novas exigências dos consumidores e o amplo leque de sabores, aromas e preparos, a partir de uma xícara de café pode se falar de uma sofisticação no consumo que, ao mesmo tempo, é considerado um produto gourmet. E também outro tipo de relação que se estabelece entre os compradores e os produtores para conhecer melhor a qualidade dos grãos e as demandas do mercado, que, em alguns casos, procura-se um melhor relacionamento e transparência entre os elos da cadeia (GUIMARÃES; SILVA, 2012).

Considerações finais

O conceito de escala geográfica dentro da força explicativa da sua processualidade, ou seja, do reescalonamento, redefine uma nova forma de análise, que integra o fenômeno concreto da realidade, com o objeto do conhecimento construído no processo de abstração, permitindo fazer leituras muito mais ajustadas dessa realidade. E seria limitado pensar só na escala nacional e regional, por isso é relevante refletir também na relação local e global, e como as

dinâmicas podem afetar os distintos contextos e produzir mudanças históricas significativas em diferentes dimensões. No texto, mostra-se que, pela ruptura do AIC e pelas políticas neoliberais, foi modificada a estrutura da regulação da cafeicultura no mundo, pois passou do controle dos países produtores e da intervenção das entidades do Estado às mãos das poucas grandes empresas de torrefação e *tradings*, aumentando a ascensão e o predomínio das últimas dentro do circuito espacial produtivo e, ao mesmo tempo, diminuindo o impacto de atuação e a relativa autonomia que tinham as primeiras.

Embora a partir da década do ano 2000 novos canais de comercialização tenham se estabelecido com base num discurso de sustentabilidade, um produto transformado, o qual é mais bem pago, requer também o cumprimento de uma série de exigências, para entrar no mercado, ou seja, relacionadas com a formação, capacitação e investimentos como certificados e melhoramento das estruturas de processamento do café. Mas nem todos os produtores, organizações ou cooperativas têm conseguido participar do processo de reescalonamento através dos selos e certificados, já que não possuem o capital financeiro para entrar nessas novas lógicas, e tampouco o contato para fazer as negociações “mais justas” com as grandes empresas e intermediários, assim que a maioria destes produtores continuam atuando na escala local e sendo vulneráveis às mudanças dos preços e às políticas externas.

Do mesmo modo, a relação Norte-Sul, caracteriza-se por corresponder a uma lógica particular que mantém as relações históricas de subordinação, muito evidentes na desigual apropriação que estes países têm da cadeia de valor global. Cabe aqui mencionar, que países como a Colômbia, que tem uma destacável

institucionalidade cafeeira, que poderíamos pensar que facilitaria os saltos de escala, em realidade, pela sua própria natureza burocrática e pouco flexível, que caracteriza uma instituição semiprivada com funções públicas (FNC), como esta, além de ter que manter um certo *status* internacional, o que termina acontecendo em muitas ocasiões, é uma marcada inércia para efetuar rápidas mudanças. Em outras palavras, vemos que algumas organizações de pequenos produtores, associados de diferentes maneiras, não conseguem exportar diretamente com a sua própria marca, pois o caminho é excessivamente burocrático. O que faz com que muitas destas iniciativas vendam sua produção de alta qualidade ao mercado tradicional, sem usufruir das vantagens econômicas que promete a terceira onda de café com seus novos canais de comercialização.

Existindo esta evidente subordinação da *escala de origem* à *escala de realização*, o processo formado historicamente na divisão territorial do trabalho e no fenômeno de recomoditização dos cafés especiais, quer no controle exercido nas exigências das certificações, quer no papel produtor de bens primários do Sul Global que coexiste com um consumo sofisticado decorrente do controle das empresas que ampliam os espaços de acumulação e reprodução do capital, dentro das eternas contradições que reformam o mercado global e seus mecanismos (regime neoliberal), mas só a mesma lógica de dependência dentro do circuito espacial produtivo. Como podemos falar de justiça social se os mecanismos de redistribuição da riqueza permanecem intocáveis com a cadeia global de valor que apropria para si (os elos mais fortes) os novos discursos do mercado justo sob as exigências das certificações e seus processos internos de convencionalização da qualidade que garantem os atributos do produto no consumo, mas dificilmente garantem condições mais



igualitárias na produção? O negócio dos cafés, em geral, e dos cafés especiais, em particular, é rentável porque ainda o produtor, como sujeito na base da pirâmide – e sobretudo, por ser a origem da própria criação de valor do produto –, tem a capacidade condicionada de absorver as flutuações do mercado (queda dos preços) com a superexploração de seu próprio trabalho. Ou seja, no processo de objetivização do trabalho no processo produtivo tem que ser garantido, ainda que a sofisticação da cadeia global dentro dos novos discursos de “mercado justo” pretenda uma melhor redistribuição do mais-valor obtido no próprio processo de circulação global do café. Assim, mesmo ao interior de cada país, a verticalização da divisão social do trabalho, sabe-se beneficiar diferencialmente desta condição.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas (SP), v.2, n.1, p. 7-26, 2012.

BARONE, M. *Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação do café fairtrade: análise da associação dos agricultores familiares do Córrego D’antas (ASSODANTAS), Poços de Caldas/MG*. 2013. 102 f. Trabalho de Graduação (Curso de Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro, 2013.

BATISTA, E. *A importância da cafeicultura para a permanência dos sitiantes na terra: uma análise nos bairros rurais da Laranja Azeda e da Limeira em Lerroville, Londrina – PR*. 2010. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *A Geografia do café*. Rio de Janeiro: IBGE – Coordenação de Geografia, 2016.  

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do senso demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Disponível em:
<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P6&uf=00>.
 Acesso em: 15 nov. 2018.

BRENNER, N. *Reestruturação, reescalamento e a questão urbana*. GEOUSP, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

CAFÉ especial: Produção no Brasil deve ultrapassar Colômbia em menos de dois anos e crescimento estimula cafeicultores. *NOTÍCIAS AGRÍCOLAS*. Disponível em:
<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/185553-cafe-especial-brasil-deve-ultrapassar-colombia-em-menos-de-dois-anos-e-crescimento-do-mercado-estimula.html#.W7DUUBNKi7o>. Acesso em: 20 set. 2018.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 22, v. 3, p. 461-474, 2010.

CARLOS, A. F. A. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Org.). *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73-90.

CASTRO, I. E. O Problema da Escala na Geografia. CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.

CHADE, J. Os donos do café no século XXI. *ABIC*. Disponível em:
<http://abic.com.br/os-donos-do-cafe-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 04 nov. 2017. ¹¹_{SEP}

CHIES, C.; YOKOO, S. Colonização do Norte Paranense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. *Revista GEOMAE*, n 1, v 3, p. 27-44, 2012.

CORRÊA, M. A. L.; TOPIK, S. La respuesta de Brasil a la suspensión de las cláusulas económicas de los convenios internacionales del café, 1989-2009. SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

COSTA, C.; BESSA, F. *Cafés Especiais do Brasil atendem às diferentes demandas mundiais*. CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. Disponível em:
<http://www.consorcioquisacafe.com.br/index.php/imprensa/notici>

as/431-cafes-especiais-do-brasil-atendem-as-diferentes-demandas-mundiais-e-cresce-15-ao-. Acesso em: 15 ago. 2018.

CROCETTI, Z. *Evolução Sócio-Espacial do Paraná*. 196 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DAVIRON, B; PONTE, S. *La paradoja del café: Mercados Globales, Comercio de Bienes Primarios y la Esquiva Promesa del Desarrollo*. New York: Zed Books, 2005.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (Colômbia). *Proyecciones de población*. Bogotá: DANE, 2010. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA E TURISMO (Colômbia). *Anuario estadístico agropecuario 2004-2008*. Bogotá: DNP; MCIT, 2009.

DURÁN, L. *Território cafeeiro: transformações da paisagem e configuração de um habitat urbano-rural no Departamento de Risaralda, Colômbia*. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, 2017.

FERREIRA, L. Consumo interno dos Cafés do Brasil representa 13% da demanda mundial. *EMBRAPA*, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/41277124/consumo-interno-dos-cafes-do-brasil-representa-13-da-demanda-mundial>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FORERO, J. Estrategias adaptativas de la caficultura colombiana. SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

FREDERICO, S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas (coffee productive spacial circuit and the game of scales). *Mercator*, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. [sEP]2014.

GUIMARÃES, E. *Terceira Onda do Café: Base Conceitual e Aplicações*. 2016, 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2016.

GUIMARÃES, E; SILVA, E. *A “terceira onda” do consumo de café*. Bureau de Inteligência Competitiva do Café, Lavras, 2012.

HAN, B. *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyiné: Belo Horizonte e Veneza. 2018.

HATANAKA, M.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system: an objective or socially mediated governance mechanism? *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 1, p. 73-91, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense*. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

IZEPÃO, R.; GARDENAL, L. Café, Capital cafeeiro e industrialização no Paraná. *A Economia em Revista*, v. 23, n. 2, p. 65-85, 2015.

JAFFEE, D. *Brewing justice: Fair trade coffee, sustainability, and survival*. University of California Press, 2014.^[1]_[SEP]

JUNGES, C. Ouro verde no Norte Pioneiro. *GAZETA DO POVO*, Curitiba, Cafés Especiais, p. 1-5, 28 sep. 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/especiais/bem-feito-no-parana/2013/ouro-verde-no-norte-pioneiro-31eka097aru8mqcmwo0ipf0we#ancora>. Acesso em: 15 out. 2018.

KOHLHEPP, G. *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. KOHLHEPP, G.; SOETHE, P. A. (Org.); MARINESCHEN, D. (Coord. trad.). Maringá: Eduem, 2014.

PALACIOS, M. *El café en Colombia (1850-1970): una historia económica, social y política*. 4 Ed. México: El Colegio de México, 2009.

PENDERGRAST, M. *Uncommon grounds: The history of coffee and how it transformed our world*. Basic Books, 2010.^[1]_[SEP]

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.^[1]_[SEP]

PROJETO Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná. *FICAFE*. 2011. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deagro/seab_rt_cafe_261011_acenpp.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.^[1]_[SEP]

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da

Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar., p. 133-145, 1983.

RADOMSKY, G. F. W. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. 2010. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

REINA, M.; SILVA, G.; SAMPER, L. F. *Juan Valdez, la estrategia detrás de la marca*. Bogotá: Ediciones B., 2012.

SAIBA como pequenos traders podem atuar no mercado de commodities. *Destino Negócio*. Disponível em: <<https://destinonegocio.com/br/mercado/saiba-como-pequenos-traders-podem-atuar-no-mercado-de-commodities/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SAMPER, M.; TOPIK, S. *Crisis y transformaciones del mundo del café: Dinámicas locales y estrategias nacionales en un periodo de adversidad e incertidumbre*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

SANTOS, J. M. El café desde el Frente Nacional. *Nueva historia de Colombia*, v. 5, Editora Planeta: Bogotá, 1998. p. 263-294.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SKEIE, T. *Norway and coffee*. 2002. Disponível em: <<https://timwendelboe.no/uploads/the-flamekeeper-2003.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SMITH, N. Scale Bending and the Fate of the National. SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. B. (Org.). *Scale and Geographic Inquiry*. Nature, Society, and Method. Malden, USA: Blackwell Publishing. 2004. p. 192-212.

SMITH, N. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishers. 1984.

SOUZA, M. L. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". SOUSA, M. L. *Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

STOCKL, M.; MOREIRA, R. R.; GIUBERTI, A. C. O impacto das commodities sobre a dinâmica da inflação no Brasil e o papel amortecedor do câmbio: evidências para o CRB Index e Índice de Commodities Brasil. *Nova Economia*, v. 27, n. 1, 2017. p. 173 – 206, Jan-Abr 2017.

TALBOT, J. *Grounds for agreement: The political economy of the coffee commodity chain*. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

TOCANCIPÁ-FALLA, J. El juego político de las representaciones. Análisis antropológico de la identidad cafetera nacional en contexto de crisis. *Antípoda*. Bogotá, n. 10, p. 111 -136, junio, 2010.

Submetido em: 15 de dezembro de 2018.

Devolvido em: 05 de abril de 2019.

Aprovado em: 11 de abril de 2019.